

# Constituinte vai quebrar o País, diz Mailson no Japão

# Serra acha possível restringir a anistia no segundo turno

SÍLVIA FARIA  
Enviada Especial

TÓQUIO — "A Constituinte vai quebrar o País", desabafou ontem o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ao comentar, no final do dia, as preocupações do empresário japonês diante das limitações impostas pela Assembléia à execução da política econômica de austeridade.

— Tomaremos medidas compensatórias necessárias para que nossas metas maiores não sejam comprometidas — afirmou Mailson, respondendo a uma pergunta do Chairman da Mitsubishi, Yoei Mimura. O empresário, durante encontro do Ministro da Fazenda com o Keidanren (a maior federação de indústrias do mundo), observou que as medidas econômicas propostas por Mailson são necessárias mas de difícil execução, considerando-se o atual quadro político brasileiro (numa clara alusão à Constituinte).

O Ministro concordou com Mimura. Afirmou que há evidentes exageros na Constituição, mas ela ainda não é definitiva. Explicando que haverá uma segunda votação, Mailson disse que o Governo concentrará todos os seus esforços, atuando junto à imprensa e ao empresariado e fornecendo maiores informações aos próprios constituintes sobre o efeito de algumas medidas por eles aprovadas. Destacou, como de maior importância, a anistia aos pequenos e médios agricultores e



Mailson: explicações a japoneses

microempresários, o tabelamento dos juros e os benefícios da aposentadoria.

Ele ressaltou, no entanto, que há coisas boas na Constituição, como o novo sistema orçamentário, que dará ao Congresso o poder de controlar os gastos do Governo. Disse que o conceito de empresa estrangeira (uma das preocupações do empresário) não inviabilizará a atração do capital estrangeiro para o Brasil.

— Se não conseguirmos rever esses excessos e a sua permanência vier a criar restrições ao desenvolvimento do País, claro que a sociedade brasileira um dia rejeitará isso — comentou o Ministro com a imprensa. Seu raciocínio é de que, caso a Constituição abarque os dispositivos considerados extravagantes, a sociedade tomará a iniciativa de eleger novos representantes.

## Ilusão

**SEGUNDO** Disposição Transitória do projeto de Constituição, a atualização dos ganhos dos aposentados deverá ser custeada pelo Finsocial.

**HÁ APENAS** um problema, detectado por técnicos do Governo: as novas despesas correspondem quase exatamente à arrecadação do Finsocial este ano, cerca de CZ\$ 500 bilhões.

O Ministro admitiu a cerca de 30 grandes empresários, reunidos na Keidanren, que há dificuldades para o cumprimento das metas, já que o Brasil atravessa "um momento de transição política delicado". Mas garantiu que o Presidente Sarney está determinado e convencido de que o caminho da austeridade é o correto para o Brasil. Este comentário foi feito em resposta à pergunta do empresário Seiki Tosato, da Seito — grande empresa da área de comércio internacional — que quis saber se o sacrifício exigido da sociedade conta com a compreensão interna.

Mashime Ishi, da Mitsui, Trading Company, perguntou a Mailson se ele acreditava na capacidade de o Governo cumprir as metas propostas. O Ministro respondeu que lida com pressões políticas e acha difícil cumprir 100 por cento das metas eco-

**E A** Constituinte se esqueceu de determinar de onde sairá o dinheiro para os setores já atendidos pelo Finsocial — saúde, assistência social, desenvolvimento regional etc.

**FÓI ASSIM** desprezado o sábio princípio do cobertor curto, que quando cobre a cabeça, deixa os pés ao frio e vice-versa, em troca da ilusão de que é possível criar despesa sem prever receita.

nômicas, mas prometeu total empenho nesse sentido.

Muito aplaudido pelo empresariado, que elogiou o acerto feito pelo Brasil com os bancos credores e com o FMI, Mailson da Nóbrega considerou-se bem sucedido, principalmente pelo fato de ter tido como precursor de sua visita ao Japão o ex-Ministro Dilson Funaro. Em comentário feito a amigos, Mailson disse que as palavras de confrontação trazidas por Funaro auxiliaram muito a ressaltar a sua mensagem de cooperação.

— Principalmente para um povo que nunca diz não para evitar constranger seu interlocutor, mas age com cautela e muita negociação — frisou.

Confirmando relato feito pelo Ministro, a Keidanren distribuiu à imprensa brasileira a transcrição dos debates feitos em reunião privada.

SÃO PAULO — O dispositivo que concede anistia às micro e pequenas empresas que contraíram empréstimos durante a vigência do Plano Cruzado poderá ser alterado no segundo turno de votações da Constituinte, na opinião do Deputado federal José Serra (PSDB-SP). Ele acredita na possibilidade de um entendimento político, que resultaria na concessão do benefício somente após o exame detalhado de cada ca-

so. Para Serra, a anistia, nos moldes aprovados no primeiro turno, beneficiaria muitas empresas que não precisavam deste tipo de ajuda e o faz às custas da sociedade, especialmente dos setores que não têm condições de se defender dos aumentos de taxas e impostos.

No geral, contudo, o Deputado não acredita em alterações substanciais no segundo turno.

## Secretários querem manter Direitos

BRASÍLIA — A manutenção da URP e de todos os dispositivos referentes aos direitos sociais aprovados no primeiro turno da Constituinte e a concretização da reforma agrária foram pedidas ontem ao Presidente da República em exercício, Deputado Ulysses Guimarães, pelos Secretários do Trabalho de 18 Estados. Segundo Jorge Gama, do Rio, Ulysses se comprometeu a transmitir a reivindicação ao Presidente José Sarney e ao Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral.

Gama disse que os Secretários estão dispostos a formar um grupo de pressão para garantir os dispositivos aprovados até agora pela Assembléia. Eles se revezarão no acompanhamento do segundo turno, mantendo contato permanente com as bancadas. De volta aos Estados, convocarão as entidades sindicais para tentar estruturar uma ação conjun-

ta. Quanto à URP, Gama não a considera ideal para o reajuste dos salários, mas diz que ela pelo menos "atualiza os valores e não deixa que a inflação acabe com todo o poder aquisitivo dos trabalhadores".

Na audiência, entregaram a Ulysses a "Carta de São Paulo", elaborada nos dias 4 e 5, durante o XI Fórum Nacional dos Secretários do Trabalho. O documento reivindica a concretização da reforma agrária e manifesta a necessidade de serem mantidos o turno máximo de seis horas; as licenças paternidade e maternidade, de oito e 120 dias respectivamente; a jornada semanal de 44 horas; a proibição da dispensa imotivada e a igualdade de direitos entre os trabalhadores com vínculo empregatício e os avulsos. Ademais, apoia a ampliação do direito de greve, sindicalização dos servidores públicos e a unidade sindical.

## Previdência: benefícios não vão onerar contribuinte

BRASÍLIA — Os cálculos do Ministério da Previdência para garantir o aumento do benefício aos aposentados, aprovado pela Constituinte, apontam resultados bem diversos dos encontrados pelo Ministério do Planejamento. Os técnicos da Previdência não acham que será necessário aumentar a contribuição previdenciária para atender às novas exigências.

Segundo eles, apenas a recomposição das aposentadorias ao valor inicial em salários mínimos terá impacto imediato no sistema previdenciário, que para custear este aumento tem garantida a incorporação do Finsocial à sua receita.

O Ministro interino da Previdência, Aloísio Teixeira, disse ontem que as outras medidas aprovadas pela Constituinte — que fixou em um salário mínimo o menor valor dos benefícios e propiciou aos idosos e deficientes físicos proventos de um salário — só trarão impacto dentro de dois anos e meio. Segundo ele, após a promulgação da nova Constituição serão concedidos prazos de seis meses para os projetos regulamentando a questão; de mais seis para a sua aprovação; e de 18 meses para que a Previdência possa aplicá-los.

O Ministro evitou falar em cifras, alegando que todas as estimativas são preliminares. Mas lembrou que os constituintes estabeleceram fontes de custeio para sustentar as alterações. No caso da equiparação entre os sistemas urbano e rural, estabeleceu-se que os empregadores e empregados rurais terão de contribuir com a Previdência, o que não acontece hoje.

— As medidas adotadas são justas. As exceções são a concessão de um salário mensal a deficientes e a aposentadoria proporcional — concluiu Aloísio.